

Jornal Económico	Periodicidade: Semanal
29-01-2021	Classe: Economia/Negócios
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,11,3,6,7

Portugal está a caminho de recessão técnica

Descontrolo da pandemia atrasa retoma e levará a mais um trimestre no 'vermelho'. Estado de emergência foi renovado com novas restrições e Marcelo admite pandemia até ao outono. ● P3, 6, 7 e 11

<p>Jornal Económico</p> <p>29-01-2021</p>	<p>Periodicidade: Semanal</p>
	<p>Classe: Economia/Negócios</p>
	<p>Âmbito: Nacional</p>
	<p>Página(s): 1,11,3,6,7</p>

ESTADO DE EMERGÊNCIA

Presidente da República admite prolongamento da pandemia até ao outono

“O que fizermos até março determinará o que será a primavera, o verão, e quem sabe o outono. Tudo se joga nas próximas semanas”, disse Marcelo.

JOSÉ CARLOS LOURINHO
jlourinho@jornaleconomico.pt

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, admitiu esta quinta-feira que terá de ser feito um enorme esforço de contenção até março e que essas semanas irão determinar a evolução da pandemia, sendo que a mesma poderá prolongar-se até ao outono.

“Temos de estar preparados para um confinamento e ensino à distância mais duradouro do que se pensava antes desta escalada. Não vale a pena esconder a realidade. O que fizermos até março inclusive, determinará como será a primavera, o verão, e quem sabe o outono. Tudo se joga nas próximas semanas”, realçou Marcelo Rebelo de Sousa, numa comunicação televisiva ao país.

O Presidente da República considera que Portugal vive “o momento mais difícil da pandemia” e que “a variante inglesa do vírus surgiu e propagou-se vertiginosamente abarcando mais de 50% dos casos na Grande Lisboa. A pressão sobre as estruturas de saúde na Grande Lisboa é extrema”, realçou.

O Presidente reeleito sublinhou que “importa não perder a linha de rumo e determinação” e avançou

com a possibilidade desta vaga ter começado a Ocidente: “Se for verdade que desta vez a vaga começou a Ocidente, e que Portugal é dos primeiros e não dos últimos a sofrer com esta pandemia, então é preciso agir depressa e drasticamente”, defendeu.

Marcelo Rebelo de Sousa não quis deixar de falar no plano de vacinação e na polémica relativamente à vacinação de titulares de cargos públicos. O Presidente da República referiu que “ninguém de bom senso gostaria de fazer passar de supetão um milhar de titulares de cargos políticos à frente de milhares de idosos com as doenças mais

graves e por isso de mais óbvia prioridade”.

Aprovado décimo EdE

A Assembleia da República aprovou esta quinta-feira o decreto presidencial que renova o estado de emergência, por mais 15 dias, prolongando-o até 14 de fevereiro. O prolongamento foi aprovado com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP, PAN e da deputada não-inscrita Cristina Rodrigues. Já o PCP, PEV, Chega, Iniciativa Liberal e a deputada Joacine Katar Moreira votaram contra e o Bloco de Esquerda absteve-se.

A renovação do estado de emergência vai permitir ao Governo manter o confinamento geral e as medidas decretadas para travar a pandemia de Covid-19 em Portugal, abrindo a porta ao fecho de fronteiras e ao ensino à distância (ver página 11). O decreto presidencial prevê também a mobilização de “profissionais de saúde reformados e reservistas ou que tenham obtido a sua qualificação no estrangeiro” para a prestação de cuidados de saúde e a proibição da divulgação de “saldo, promoções ou liquidações”. Este é o décimo estado de emergência a ser aprovado na Assembleia da República devido à pandemia de Covid-19. ●

“Ninguém de bom senso gostaria de fazer passar de supetão um milhar de titulares de cargos políticos à frente de milhares de idosos”



Hugo Delgado/Lusa

RATING DA SEMANA

Por Shrikesh Laxmidas



A-

MARCELO REBELO DE SOUSA
Presidente da República

RATING:



O desempenho de André Ventura, nos dois dígitos e nos calcanhares de Ana Gomes, dominou a análise às presidenciais, mas não pode (nem deve) ofuscar o resultado principal: uma reeleição claríssima. Marcelo não bateu o recorde de Soares, mas superou Sampaio e Cavaco e venceu em todos os concelhos do país. O outlook é negativo, contudo, pois o Presidente começa o segundo mandato no pico de uma crise sem precedentes.



C-

ANTÓNIO COSTA
Primeiro-ministro

RATING:



Admitiu, finalmente, ter cometido erros na gestão da terceira vaga, mas não parece querer abandonar a prática. À trapalhadia sobre as aulas online Costa juntou a polémica sobre a vacinação prioritária para os políticos. Numa altura em que “o país está péssimo”, como o próprio reconhece, e poderá ter de pedir ajuda externa, as desculpas de Costa sobre a surpresa da variante inglesa não chegam para camuflar o óbvio: a condução do combate foi errática.



B-

URSULA VON DER LEYEN
Presidente da Com. Europeia

RATING:



Numa das tarefas mais importantes neste início de ano – garantir a obtenção de vacinas para a Covid-19 – a União Europeia está a ser goleada pelos concorrentes, tendo garantido apenas 2,3 doses por cada 100 pessoas, face às 7,8 do Reino Unido e 11,4 dos EUA. Pior ainda, a Comissão liderada por von der Leyen enfrenta atrasos na entrega da vacina pela AstraZeneca, farmacêutica que já veio recordar que não tem compromisso de datas com a UE e que Bruxelas fez a encomenda três meses depois do Reino Unido.



B-

ELON MUSK
CEO da Tesla

RATING:



Há poucas coisas que Wall Street aprecia mais do que potencial de crescimento. Por outro lado, o abrandamento ou falta de clareza sobre o futuro causam alarme. Depois de um disparo de 700% nas ações da Tesla no último ano, a empresa de Elon Musk desiludiu nos resultados do quarto trimestre e, ainda por cima, não confirmou sinais dados em outubro sobre a venda de até um milhão de automóveis este ano, ficando-se por uma vaga projeção num horizonte de vários anos. As ações abriram a cair mais de 5%.

CRISE ECONÓMICA

Agravamento da pandemia atira Portugal para recessão técnica

A recessão técnica afeta o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, mas há indicações de que os problemas também poderão afetar o segundo trimestre. Industriais de Setúbal temem o pior.

ÂNIA ATAÍDE
 E JOÃO PALMA FERREIRA
 ataide@jornaleconomico.pt

A atividade económica deverá ter diminuído no quarto trimestre do ano passado, devido ao agravamento das restrições implementadas no combate à pandemia, e ter-se traduzido numa queda do PIB face ao trimestre anterior. Mas o descontrolo da pandemia, que obrigou a um novo confinamento e deu um tiro nas esperanças dos primeiros passos para a recuperação arrancar logo no início deste ano, poderá conduzir a um primeiro trimestre também ele de quebra económica, levando o país a uma recessão técnica, com consequências incertas para o segundo trimestre do ano.

Na terça-feira, o Instituto Nacional de Estatística publica a primeira estimativa para o PIB do quarto trimestre do ano passado, permitindo perceber a real dimensão da maior recessão da história recente, e obter pistas sobre o efeito base para um primeiro trimestre de 2021 com as atividades confinadas.

O governador do Banco de Portugal, Mário Centeno, já admitiu que "o primeiro trimestre de 2021 provavelmente vai ser revisito em baixa", mas antecipa que o quarto trimestre pode ficar acima das projeções do regulador, considerando esta possibilidade "muito relevante para o crescimento em 2021 porque estabelece uma base para o crescimento económico mais elevada". Contudo, há economistas mais pessimistas.

"Uma crise de seis meses não é igual a duas crises de três meses, é pior. As empresas e as famílias estão a delapidar as almofadas curtas que têm, porque vai fazer um ano que estamos nisto", assinala a economista Susana Peralta, para quem "para isto correr bem no segundo trimestre, tínhamos que ter uma espécie de milagre", uma vez que será à partida extremamente difícil



MÁRIO CENTENO
 Governador do Banco de Portugal
 "Há mais incerteza sobre o curto prazo do que sobre o final do ano"



KRISTALINA GEORGIEVA
 Presidente do FMI
 "Espera-se que o abrangimento no início de 2021 dê lugar a um impeto crescente no segundo trimestre"



JOÃO LEÃO
 Ministro das Finanças
 "Esta vaga está a ter um efeito tremendo sobre a economia europeia"

que entremos em abril "com uma economia a florescer".

Pedro Braz Teixeira, diretor do Gabinete de Estudos do Fórum para a Competitividade, justifica que "com a intensidade do confinamento, que foi decidido, agravado em janeiro e sem grande fim à vista porque Portugal está com péssimos dados da pandemia", dois trimestres consecutivos de queda do produto será o cenário central a ter em conta. Até porque o confinamento não é exclusivo de Portugal e os países europeus também enfrentam uma terceira vaga da pandemia, que terá consequências para as exportações portuguesas. Christine Lagarde já alertou como o sector dos serviços está a sofrer mais impacto com as novas medidas de restrição à mobilidade social e industrial e o FMI aponta para um crescimento mais fraco na zona euro do que o antecipado, prevendo agora uma expansão de 4,2% este ano.

Depois de já ter sinalizado que a terceira vaga da pandemia na zona euro "está a ser bastante mais intensa do que o esperado", o ministro das Finanças admitiu esta quarta-feira uma revisão em baixa do crescimento português projetado para este ano. "A segunda vaga da pandemia, mais intensa do que o esperado, e as medidas restritivas de confinamento associadas, com maiores apoios ao rendimento das famílias e às empresas, deverão conduzir a uma revisão em baixa do cenário macroeconómico e do saldo orçamental para 2021", explicaram as Finanças.

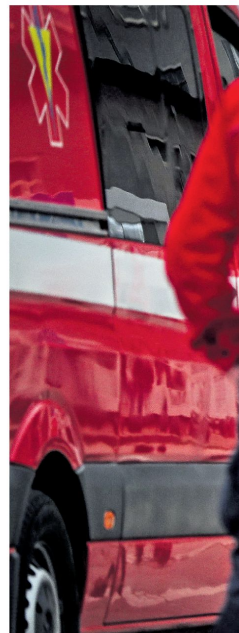
Pedro Braz Teixeira, cujo gabinete vai publicar a atualização das projeções na segunda-feira, alerta para o impacto do adiamento da recuperação. "Com o prolongamento da crise, mais empresas vão fechar sem haver ninguém que as substitua porque não há procura. Há uma capacidade produtiva que pode ser destruída e que não se recupera do dia para a noite", alerta. O economista Nouriel Roubini assinala o receio de que 2/3 dos

postos de trabalho criados nos últimos quatro anos possam desaparecer, antecipando que irá ser preciso chegar até 2023 para voltar a níveis de PIB iguais ao da pré-pandemia.

Setúbal anuncia crise severa
 Além das regiões mais fugitadas pela crise económica relacionada com a paragem do turismo – como o Algarve –, na península de Setúbal, onde se concentram as maiores indústrias exportadoras portuguesas – a Navigator, os fornecedores da Autoeuropa, as siderúrgicas, a Secil, os químicos da Sapeac, a Visteon fornecedora da Bentley, da Jaguar, da Mercedes e da BMW, a Lisnave ou a Lauak, com mil trabalhadores, que produz para o sector da aeronáutica, entre muitas outras empresas representadas pela Associação Industrial da Península de Setúbal (AISET) – o "cenário é trágico".

"Há um risco muito sério na península de Setúbal de vivermos uma *débâcle* económica bastante forte", alertou ao JE o diretor geral da AISET, Nuno Maia.

"Este é o nosso segundo ano de uma guerra mundial. Para a economia de Setúbal é um autêntico inverno nuclear. As pessoas estão todas em casa. Ninguém trabalha. As lojas estão fechadas. O comércio está fechado. O comércio não compra à indústria. Se as lojas estão fechadas não vão fazer encomendas às fábricas. Como é que os trabalhadores das fábricas recebem salários? Dizem que as vendas online triplicaram. Mesmo assim são coisas absolutamente marginais. Os shoppings e as lojas estão fechadas. Do lado do Governo, eles veem as receitas do IVA a cair. O IRC cai. Quem vai pagar IRC este ano, quando quase não houve lucros em 2020? Há aqui problemas muito complicados para acompanhar", referiu Nuno Maia. "Tudo aquilo que o Governo puder fazer para ajudar as micro e pequenas empresas de Setúbal a aguentarem-se é fundamental", alerta. ●



CONFEDERAÇÕES

“Vamos sen

Associações empresariais

JOÃO PALMA-FERREIRA
 jferreira@jornaleconomico.pt

"Se o confinamento se prolongar é bastante provável que a recessão se alargue ao segundo trimestre. Se o confinamento durar como é previsível – sem sabermos se será um mês, dois meses, ou mais – vai influenciar claramente o trimestre seguinte", referiu ao Jornal Económico (JE) o presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), João Vieira Lopes, considerando que a tendência recessiva pode abranger o primeiro semestre. "Muito provavelmente, a recessão vai sentir-se no semestre inteiro", admite Vieira Lopes. "Porque mesmo que haja um alívio nas medidas, é pouco provável que tenhamos alguma intensidade no movimento turístico, tendo em conta o nível de desenvolvimento da pandemia e o facto de que, com o atual ritmo de vacinação – não só em Portugal mas também na Europa –, dificilmente haverá imunidades significativas antes do verão. Portan-



Mário Cruz/Lusa

recuperação da atividade económica em Portugal estar a ser significativamente mais lenta do que o esperado e assimétrica, o que obriga a uma ação mais assertiva e atempada dos decisores políticos no apoio à atividade”, referiu ainda o presidente da CIP. “Um menor crescimento ou a sua ausência, sem apoios coerentes e eficazes, vai significar desemprego e falências e menor capacidade para as empresas e os trabalhadores participarem no processo de recuperação económica”, conclui António Saraiva.

A Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) também tem um entendimento semelhante. “A crise que atravessamos é uma dura realidade já instalada e o que a economia real mais necessita e agradece são medidas concisas e focadas e não em permanente ziguezague”, comentou ao JE o presidente da CAP, Eduardo Oliveira e Sousa, considerando que “o país necessita de combater sem tréguas uma potencial recessão para a qual a pandemia nos arrasta. Os avanços e recuos dos últimos tempos não permitem uma actividade minimamente regular, o que agrava ainda mais os efeitos na deterioração dos resultados”.

“É por isso da maior urgência concentrar esforços no processo de vacinação. Vacinar já e em força, de noite e de dia. Vacinar, vacinar, vacinar”, defende o presidente da CAP. “Em simultâneo importa tudo fazer para antecipar a bazuca e demais apoios da Europa. Tal como a terra precisa de água e adubo para produzir, a economia precisa de incentivos e apoios para sobreviver e depois medrar. A alternativa é uma longa recessão, que ampliará o desemprego, destruirá riqueza e agravará as desigualdades”, considera Eduardo Oliveira e Sousa.

“A agricultura não pára, tem sido um exemplo de resiliência, mas não vivemos isolados da restante economia, do turismo, da hotelaria, da restauração, da indústria e dos serviços, nem desligados dos mercados de exportação, alguns muito afectados pela pandemia. Continuamos a ter que escoar a produção para manter o normal abastecimento dos mercados e assegurar que o sector se mantém. Sem vacinas em massa e ineditadas e sem bazuca e apoios sérios hipotecaremos o futuro de Portugal por muitos anos”, conclui.

Ao JE, Francisco Calheiros, presidente da Confederação do Turismo de Portugal, refere que “com as regras restritivas do confinamento, o aumento de casos de infectados e mortes nestas últimas semanas, e agora com Bruxelas a desaconselhar as viagens não essenciais a Portugal, a incerteza e a instabilidade aumentam”. “O cenário não é animador e a recuperação está directamente dependente da evolução da pandemia, pelo que não é possível antecipar cenários com o mínimo de rigor”, remata Francisco Calheiros. ●

tir a recessão no semestre inteiro”, diz CCP

receiam impacto do novo confinamento e admitem que a crise se arraste até ao fim do segundo trimestre.

to, há grande probabilidade de, no trimestre seguinte, ainda estarmos em situação negativa”, teme o presidente da CCP.

Além disso, João Vieira Lopes prevê que os efeitos do atual confinamento serão mais graves que os que foram registados em 2020. “Sim, por dois tipos de razões. Primeiro, porque as empresas estão muito mais fragilizadas e não têm reservas. No ano passado, muitas empresas vinham de 2019 com atividade positiva e tiveram os dois primeiros meses de 2020 favoráveis. Agora estão muito mais fragilizadas, muito mais endividadas”.

“Neste momento há muitas empresas que estão no limiar da sobrevivência. E já se sabe que o desemprego está com tendência a aumentar. Os empresários no ano passado tinham a expectativa de ver quanto tempo é que demoravam os efeitos da pandemia e fizeram um esforço muito grande para manterem os quadros das empresas. Em 2020 não houve nenhuma tendência para o despedimento massivo. Agora vai haver bastante mais, e a dois níveis:

não só pelas empresas que vão encerrar, mas também pela fragilidade atual das empresas, afetadas pelas quebras nos volumes de negócios”, diz João Vieira Lopes.

“Mesmo grande parte daquelas que vão sobreviver vão ter de reduzir quadros de pessoal para os ajustar ao volume de negócios previsível para este ano”, refere. “A CCP é uma confederação muito heterogénea. Temos vários sectores. Por exemplo, no comércio de proximidade estimamos que pode haver um nível de encerramentos de 10% a 20%. Tudo dependerá do nível de aplicabilidade dos apoios e do tempo que durar o confinamento. Há uma série de serviços ao consumidor que vão desde cabeleireiros a ginásios e a lavandarias que também vão ter quebras significativas e a sua recuperação será lenta. Depois, no sector dos transportes de passageiros, que é um sector que também temos na CCP, os transportes públicos com os apoios estatais vão ter alguma manutenção, mas há milhares de autocarros parados devido à falta de turismo. Ainda há os transportes

de mercadorias, que apesar de alguma recuperação, refletem a queda no nível das exportações e importações. Nas áreas de serviços às empresas, pode haver problemas de redução de pessoal. Com os confinamentos a manterem-se por mais tempo e com o teletrabalho, as áreas como as limpezas reduzem a atividades, porque com os escritórios fechados, as empresas de limpezas não vão ter atividade. O mesmo acontece com as empresas de segurança. E há o sector automóvel, que está representado na CCP, desde o

comércio à reparação, que também está com quebras muito grandes”. Sobre a retoma do nível da pré-pandemia, João Vieira Lopes considera que “antes de 2023 vai ser muito difícil atingirmos esses níveis”.

Na CIP, o presidente António Saraiva não está mais otimista. “Os dados disponíveis e as estimativas feitas apontam para que a economia portuguesa tenha registado uma quebra superior a 8% no ano passado, a mais profunda descida de que temos memória”, referiu ao JE, considerando que “as perspetivas para este ano têm-se deteriorado e tanto as organizações internacionais como nacionais preveem um regresso significativamente mais lento ao trilha do crescimento. “O Banco de Portugal, no seu Boletim Económico de dezembro, já assumiu que a queda em cadeia da atividade no quarto trimestre, estimada em 1,8%, irá perdurar no primeiro trimestre de 2021, o que configura, de facto uma recessão técnica”, adiantou António Saraiva.

“A CIP já tinha alertado e manifestado preocupação pelo facto de a

“Neste momento há muitas empresas que estão no limiar da sobrevivência”, diz João Vieira Lopes, presidente da Confederação do Comércio e Serviços

PRESIDENCIAIS

Os desafios e avisos de Marcelo após a reeleição

Pandemia é o desafio mais urgente para o Presidente. Quer Governo e oposição “fortes” para travar Chega.

JOANA ALMEIDA

jalmeida@jornaleconomico.pt

Depois de ter conseguido a segunda melhor votação de sempre em eleições presidenciais (60,7% dos votos), o Presidente reeleito, Marcelo Rebelo de Sousa, reconheceu que os próximos cinco anos de mandato “vão ser muito distintos e ainda mais exigentes do que os anteriores” e estabeleceu como prioridade o combate à pandemia. No discurso de vitória, deixou ainda várias pistas sobre o que se poderá esperar do seu segundo mandato no Palácio de Belém, nomeadamente no que toca à relação com o Governo e a extrema-direita, e à gestão dos fundos europeus.

Para Marcelo Rebelo de Sousa, “tudo começa no combate à pandemia” e, por isso, eleger essa como a sua “primeira missão”. “Se a pandemia durar mais, e for mais profunda, tudo o resto que queremos tanto, correrá pior, durará mais, será mais difícil de enfrentar”, avisou. O Presidente deixou claro que os portugueses “não querem uma pandemia infundável”, nem uma nova crise económica ou mesmo um “recoo em comparação com outras sociedades” e, por isso, pede que os fundos europeus sejam “bem geridos, em transparência e eficácia”, e que a reconstrução “vá além da mera recuperação”.

Para evitar crises políticas, o Presidente deixou um aviso ao Governo de António Costa: os portugueses “querem um sistema político estável, com governação forte, sustentada e credível”. Mas a alternativa deve também ser “forte para que a sensação de vazio não convide a desesperos e a aventuras”, frisou, dirigindo-se aos partidos da oposição e fazendo alusão ao crescimento do Chega. E reiterou que o país não quer “uma radicalização e extremismo nas pessoas, nas atitudes e na vida social e política”, nem uma “democracia iliberal, ou seja, não democrática”.

Garantiu ainda que continuará a ser “presidente de todos”, próximo e garante da estabilidade, que respeita o pluralismo e a diferença e nunca desiste da justiça social. ●

OBJETIVO

Revolução às direitas



JOÃO MARCELINO
Jornalista

1. Olho para os resultados das eleições presidenciais e não vejo nada de particularmente novo. O Presidente da República é o mesmo. As sondagens, realizadas em cima desse escrutínio, continuam a mostrar a mesma maioria sociológica.

Transpostos para umas legislativas, transformados em opções partidárias, os votos dos portugueses dariam origem a um quadro parlamentar idêntico ao atual em termos de esquerda-direita. Continuará a haver condições para um governo minoritário do PS; que poderia ser de maioria caso houvesse entendimento com PCP e BE. O número de deputados de esquerda não andaria demasiado longe do existente, apesar das perdas, sobretudo do BE, mas também um ou outro do PCP/CDU. Desapareceria o Livre, que eleger Joacine Katar Moreira em 2019.

A grande diferença estaria na recomposição das forças de direita. Aí, sim, haveria mudanças importantes com a subida eleitoral do Chega e da Iniciativa Liberal (IL). O PAN não faz parte destas contas.

2. A rápida reunião entre Rui Rio, pelo PSD, e Francisco Rodrigues dos Santos, pelo CDS, é a principal consequência das eleições. Para ambos, fica claro, o importante passa por travar o Chega nas autárquicas de outubro, nas quais o partido de André Ventura não terá ainda, presume-se, grande capacidade para apresentar demasiados candidatos próprios, e com forte implantação local.

O pacto entre PSD e CDS visa, portanto, mais do que começar a preparar uma dinâmica para as legislativas, que em princípio apenas terão lugar em 2023, fazer com que o

Chega não cresça em votos ou eleja autarcas.

Este pacto PSD/CDS tem, além desta consequência, uma leitura para fora, e talvez a mais importante: fazer ‘arrefecer’ a pressão das vozes, existentes em ambos os partidos, de pessoas que queriam que ambas as direções se distanciassem do partido de André Ventura. Está feito. Veremos se chega.

3. A verdade é que o crescimento do Chega, sobretudo, mas também da IL, colocam grandes problemas ao PSD e fazem perigar mesmo a existência parlamentar do CDS.

Seria, no entanto, um erro monstruoso que PSD e CDS pensassem que tudo se resolve com movimentações no terreno, que o problema está na tática. Evitar coligações com o Chega pode ser uma boa decisão operacional, no curto prazo, mas será sempre pouquinho em termos daquilo que importa para os dois partidos.

O principal problema que PSD e CDS enfrentam é o desafio das ideias, do discurso, da agenda.

O PS de José Sócrates, por exemplo, percebeu bem isso quando, há mais de dez anos, o BE empunhou as suas bandeiras fraturantes. O PS juntou-se primeiro, ganhou a iniciativa a seguir, e passou incólume ao crescimento à sua esquerda.

4. Tal como o PS nessa altura em relação ao BE, o que PSD e CDS têm de decidir é se continuam a ignorar as grandes linhas do discurso do Chega, a sua insistência na corrupção e na segurança, e as do projeto alternativo da IL de maior liberdade individual versus peso do Estado.

Se Rui Rio e Francisco Rodrigues dos Santos não virem o essencial não vão conseguir alterar a profunda mudança em curso.

Não será já possível continuar a pescar votos à direita com um discurso centrista, uma agenda caduca, uma cumplicidade permanente com o sistema instalado. Os cerca de 630 mil votos que à direita preferiram os candidatos presidenciais do Chega e da IL trazem esse aviso. ●